

A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea

Eliseu Savério Sposito

Prof. Dr. do Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Correio Eletrônico: sposito@prudenet.com.br

Resumo

Este texto tem como objetivo esboçar uma proposta de leitura metodológica dos principais paradigmas que orientaram a produção do pensamento geográfico no século XX. A análise da temática parte dos diferentes níveis de conhecimento (teórico e epistemológico) e de seus pressupostos mais complexos (gnosiológicos e ontológicos), considerando algumas dimensões da complexidade científica atual (humanismo, racionalismo, progressismo, urbanicismo e individualismo), para chegar a alguns desdobramentos paradigmáticos na Geografia como, por exemplo, a ênfase no método que ocorre nos anos 80 ultrapassando a preocupação com o objeto, e a consolidação de temas (globalização, modernidade, turismo) ou de tendências teóricas (Geografia Humanista) que se tornam verdadeiros paradigmas.

Palavras-chave

Pensamento geográfico – paradigmas da Geografia – teoria do conhecimento – método – teoria.

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 99-112	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	-----------	------------------

Introdução

Os geógrafos têm se pautado, para realizar suas investigações, sejam elas de busca empírica da informação geográfica, sejam de reflexão epistemológica do conhecimento elaborado, em vários paradigmas para elaborar suas idéias. Considerando-se que um paradigma se define, em termos gerais, pelo conjunto de idéias, teorias e doutrinas construídos com a intermediação do método e que caracterizam uma tendência científica, pode-se afirmar que, historicamente, nos últimos cinquenta anos, houve dois grandes grupos de paradigmas (que discutiremos mais adiante) que foram fundamentais na orientação metodológica da produção do conhecimento geográfico.

É esta temática que nos propomos a abordar, organizando algumas características para o debate que se apresenta. Não é propósito, neste texto, esgotar as possibilidades de confronto das idéias, mas apenas levantar informações para contribuir com a discussão na necessidade de se colocar frente aos principais elementos que norteiam a construção do pensamento geográfico.

Partimos, inicialmente, do pressuposto de que uma teoria (o mesmo pode ocorrer com um conceito, por exemplo) pode ter três encaminhamentos, desde que esteja claramente expressa para que se possa realizar a leitura da realidade. O primeiro deles, aquele que é mais fácil de ser identificado, é a teoria se consolidar e perdurar norteando o pensamento científico por longo tempo. Como exemplo para esse encaminhamento podemos citar, em Geografia, a importância que ganhou a teoria dos geossistemas, a consistência das redes para a interpretação dos fluxos de informação e de mercadoria, a teoria da renda fundiária urbana, entre muitas outras teorias que poderiam ser citadas.

Outro encaminhamento que uma teoria pode ter é a sua superação por outras teorias e/ou paradigmas, mesmo antes que ela se consolide completamente. Embora seja difícil de exemplificar este encaminhamento, podemos lembrar das inúmeras possibilidades abertas por teses acadêmicas que nem se tornam conhecidas porque não abrem possibilidades concretas de interpretação da realidade.

Finalmente, a terceira opção é a de que a teoria pode ser negligenciada ou esquecida, não se tornando referência universal para estudos científicos, apesar de sua importância na configuração do pensamento. Como exemplo importante desse encaminhamento, podemos lembrar o que ocorreu com a teoria dos dois circuitos da economia urbana, elaborada na década de 1970 por Milton Santos, cujo papel na interpretação das cidades dos países subdesenvolvidos não foi devidamente testado.

Esses exemplos levam a afirmar que a relação entre as teorias e os paradigmas é fundamental para a compreensão da maneira como estamos propondo a interpretação das diferentes leituras que se pode ter da realidade, porque sem esses dois elementos (teoria e paradigma) a ciência não se desenvolve.

Os níveis do conhecimento para se abordar os paradigmas

Depois dessa pequena advertência, vamos trabalhar, com mais detalhes, os dois grandes grupos paradigmáticos que já mencionamos acima. Um desses grupos, baseado nos fundamentos do neopositivismo, teve a linguagem matemática, a neutralidade da ciência e as temáticas espaciais como suas principais características para a produção do conhecimento científico. Um outro baseou-se no materialismo histórico como doutrina e na dialética como método e se pautou, ora mais, ora menos explicitamente, pelo engajamento ideológico do pesquisador.

Esses dois paradigmas mostram mudanças de fundamentos, muito importantes na história do pensamento geográfico, porque demonstram que houve uma inversão, passando-se da busca do objeto da Geografia para a adoção do método como elemento de convergência da reflexão científica. Essa inversão, pouco enfatizada na epistemologia do pensamento geográfico que se faz, pelo menos, no Brasil, revolucionou o papel da investigação geográfica tanto no que concerne às novas idéias que foram aparecendo na última metade do século XX como em relação à aproximação da Geografia com outras ciências e, principalmente, com a Filosofia.

Vamos analisar, a partir deste ponto, mais detalhadamente, cada um desses dois paradigmas. Eles serão analisados considerando-se diferentes níveis do pensamento

- teórico (elaboração de teorias que permitem leituras da realidade);
- epistemológico (baseado na concepção de causalidade, na ciência, para a elaboração das teorias).

Neste último nível, há alguns pressupostos que podem ser identificados em dois grupos, também de diferentes níveis, que são:

- gnosiológico (definido pela concepção que se pretende de objeto e de sujeito e, por conseguinte, de sua relação com o processo de conhecimento);
- ontológico (identificado pela noção de homem, de natureza e de ciência)¹.

Dois grandes grupos paradigmáticos

Vamos iniciar com os fundamentos do neopositivismo, que, de acordo com o seu grau de complexidade, podem ser apreendidos de acordo com seu nível de abstração na apreensão da realidade.

No nível teórico, o tratamento dos temas depende da definição das variáveis, que podem ser manipuladas em situações experimentais, partindo-se da neutralidade axiológica

1. Essa estruturação hierarquizada na complexidade das possibilidades de se elaborar, utilizar e criticar o pensamento geográfico foi elaborada tendo-se como base inicial o que Gamboa (1989) organizou em seu texto intitulado “A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto”, cuja identificação está expressa na bibliografia, no final deste texto.

do método científico e da imparcialidade do pesquisador, com conseqüente harmonia e equilíbrio para os resultados, diferenciando-se a ciência da crítica, ao se controlar a situação, o fenômeno ou a temática/grupo/lugar estudados. Para se obter a informação empírica, recorre-se a técnicas de coleta descritivas ou de análise de conteúdo e se utilizam dados secundários obtidos por questionários e entrevistas, como técnicas de investigação.

No nível epistemológico, o conceito de causa é o eixo da explicação científica porque a relação causal se explicita no experimento, na sistematização e no controle dos dados através das análises estatísticas posteriores, cuja validação da prova científica é fundamentada nos testes dos instrumentos de coleta e tratamento dos dados, e ainda através dos modelos de sistematização das variáveis e na definição operacional dos termos (racionalidade técnico-instrumental).

Nesse paradigma, a concepção de ciência é baseada na causalidade e na percepção empírica e se utiliza, como meio de exposição, a linguagem matemática². A essas características, soma-se a acriticidade do investigador ou dos resultados das pesquisas.

Quando chegamos no nível gnosiológico, as características são a objetividade como processo cognitivo centralizado no objeto (dedução), a existência do dado imediato despi-do de conotações subjetivas, analisado segundo as leis do raciocínio lógico-dedutivo e o auxílio da História como categoria de preocupação sincrônica e linear.

Ontologicamente, a concepção de realidade (homem, sujeito, objeto, ciência, construção lógica) parte de uma visão fixista, funcional e prédefinida da realidade, como recurso ou *input* e produto ou *output*. Finalmente, a concepção de Natureza emerge como algo separado do Homem e com estatuto próprio, dando a ele, o *status quo* de entidade autônoma.

Para se contrapor a essa tendência paradigmática, aquela que se baseia no materialismo histórico tem características bastante diferentes.

A abordagem empírica, nessa tendência, para se elaborar a informação geográfica, é realizada pela utilização de técnicas não-quantitativas (embora as quantitativas sejam também utilizadas, como as equações matemáticas, que definem índices e dados absolutos). Por outro lado, a análise de discursos e a incorporação dos dados contraditórios exprimem-se em diferentes técnicas de investigação como, por exemplo, a pesquisa-ação, a pesquisa participante, as entrevistas e, como atitudes básicas da pesquisa científica, a observação, a análise e a interpretação.

Em termos teóricos, essa tendência caracteriza-se pela tentativa de desvendar conflitos de interesses, pela fundamentação teórica por meio da eleição das categorias de análise e na sua articulação com a realidade estudada, pelo questionamento da visão estática da realidade, por se utilizar apontamentos para o caráter transformador dos fenômenos, rela-

2. Aqui cabe um parêntese. A linguagem matemática, muitas vezes, não está explícita em algarismos, números e símbolos. Ela comparece pela estrutura cartesiana na exposição dos resultados da investigação e na racionalidade da utilização dos instrumentos de análise que, muitas vezes, falam mais alto que o próprio pesquisador, aquele que tem o papel de elaborar o conhecimento científico.

cionado à preocupação com a transformação da realidade estudada e da proposta teórica, procurando sempre o resgate da dimensão histórica dessa realidade, propondo-se as possibilidades de mudanças com base em uma postura marcadamente crítica.

Epistemologicamente, a concepção de causalidade é concebida como inter-relação entre os fenômenos, ou seja, inter-relação do todo com as partes e vice-versa, da tese com a antítese, dos elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social, política, jurídica, intelectual etc. Ao mesmo tempo, a validação da verdade científica é fundamentada na lógica do movimento em espiral e da transformação da matéria, e no método que explicita a dinâmica das contradições internas dos fenômenos – relação sociedade-natureza, reflexo-ação, teoria-prática, público-privado (razão transformadora). Neste caso, a ciência é concebida como categoria histórica e como mediação homem-natureza por causa da aceitação da origem empírica objetiva do conhecimento. A ação, a crítica e a autocrítica são aspectos fundamentais da prática intelectual.

No nível gnosiológico, são características a concreticidade – processo cognitivo centrado na relação dialética e dinâmica entre sujeito e objeto, a construção da síntese sujeito-objeto que acontece no ato de conhecer, considerando-se o concreto como ponto de chegada de um processo que tem origem empírico-objetiva, passando pelo abstrato, de características subjetivas e formando-se, concretamente, em instâncias de outro momento do movimento, que é a síntese. A História é categoria com preocupação diacrônica e não sincrônica.

Ontologicamente, concebe-se a realidade (homem, sujeito, objeto, ciência, construção lógica) numa visão dinâmica e conflitiva, por causa das categorias materialistas de conflito e de movimento do ser social. A Natureza e a Sociedade são concebidas como partes de um mesmo movimento, sendo o Homem compreendido enquanto elemento da sociedade e não apenas enquanto indivíduo.

As características dos dois paradigmas, detalhadas acima, demonstram que o conhecimento produzido pelas duas tendências aponta para resultados e para o papel do geógrafo como completamente diferentes, uns em relação aos outros.

A práxis dos geógrafos segundo cada um dos paradigmas

É preciso ter claro que esses dois paradigmas, cuja consubstanciação principal é definida pelo método, permeiam os outros que veremos mais adiante.

As diferentes concepções paradigmáticas adotadas pelos geógrafos têm provocado, ao longo do tempo, tanto na universidade como na vida civil, diferenças de posturas e de ações na sua prática política, profissional e cotidiana. Essas diferenças são as demonstrações empírico-teóricas das influências que os paradigmas provocam no movimento da sociedade.

Outro aspecto importante foi a relação com os estudos empíricos. Se o neopositivismo se respaldou nos modelos matemáticos para a reflexão teórica e abandonou a ciência

empírica, o materialismo histórico continuou com forte base empírica, mesmo que tenha negligenciado a cartografia como possibilidade da representação dos fenômenos geográficos.

A Geografia neopositivista, que se pautou pelo recurso aos modelos e à linguagem matemática como elementos universais da produção científica, elaborou, principalmente na década de 1970, um conhecimento padronizado e repetitivo, sem qualquer compromisso social. O diálogo com outros grupos da sociedade civil só se fez pelo caminho burocrático ou estatal, sem se praticar, na relação sujeito-objeto, o exercício (dedutivo ou indutivo) das relações empírico-teóricas.

Por outro lado, os geógrafos que adotaram a dialética como método, tiveram seu conhecimento produzido, excessivamente carregado pelo discurso, com forte e explícita tendência ideológica, cujas manifestações ocorreram, principalmente, no campo da política. Mesmo tendo preocupações de caráter empírico, muitos geógrafos resvalaram na vertente do discurso repetitivo, procurando nas obras de Marx o único fundamento possível para se explicar a realidade, esquecendo-se que o próprio Marx elaborou suas teorias na perspectiva histórica, de transformação da realidade.

Na realidade da América Latina, esse paradigma, identificado ideologicamente com as esquerdas encontrou, como panorama político de fundo, a exacerbação política das direitas, ora mais ora menos violentas, que serviram também como contraponto contraditório para as suas reações.

Com essa afirmação, enfatizamos a necessidade de, ao se focar os paradigmas que substantivaram a produção do conhecimento geográfico, não se esquecer dos vários aspectos concernentes à realidade objetiva das pessoas, exerçam elas, quaisquer que sejam, suas atividades.

Completa este quadro resumido, o papel múltiplo dos geógrafos, como pesquisadores, professores universitários, cidadãos, membros de partidos e até mesmo de governos. No Brasil, esse papel múltiplo dos geógrafos permeou toda a produção do conhecimento geográfico nas últimas décadas, ora afirmando as práticas de campo e o engajamento político na produção da informação geográfica, ora privilegiando o planejamento estatal ou a construção de modelos abstratos para se explicar a realidade. Enfim, ora privilegiando o espaço como ente abstrato, ora privilegiando as relações sociais ou a relação sociedade-natureza como objeto.

Os desdobramentos dos paradigmas – uma interpretação que exige cuidado

Sem qualquer preocupação cronológica precisa, pode-se afirmar que, nas últimas décadas do século XX, surgiram algumas novas orientações na produção do conhecimento geográfico. Muitas vezes, as orientações temáticas foram se transformando em paradigmas.

Uma das orientações que podemos apontar foi a ênfase na discussão da escala por causa da adoção de temas transversais como a globalização e a modernidade. Tendo como base a complexidade social e a afirmação da cidade como ambiente básico nas relações de produção, esses temas foram discutidos principalmente com os sociólogos, mas tiveram várias contribuições de filósofos, antropólogos, arquitetos e historiadores.

Vamos confrontar algumas idéias para ilustrar o tema da modernidade, buscando demonstrar que os desdobramentos paradigmáticos recentes também tiveram algumas componentes políticas que, se não permitiram a formação clara de teorias, pelo menos provocaram reflexões sobre o conhecimento científico.

Para o filósofo Paul Feyerabend, “as grandes inovações teóricas são muito mais fruto do acaso do que da ordem” e “todos os métodos convencionais são falaciosos e o poder universal da razão um logro”. Além do mais, “existe um irracionalismo na base do saber que precisa ser considerado e a dicotomia tradicional, ciência/razão versus mito/magia/religião, não passa de uma ideologia autoritária que confere à ciência (...) a exclusividade do conhecimento”. Finalmente, ele diz que o “mito e a razão devem, pois, manter relações de reciprocidade no seio de uma epistemologia anarquista” (p. 23).

Por outro lado, a introdução da hermenêutica nas ciências sociais, nos anos 90, tenderia a “substituir os idiomas do marxismo e do estruturalismo, globalizantes, doutrinários e autoritários, que foram predominantes nos anos precedentes” (Vattimo, apud Gomes, 1996, p. 24).

Na nossa opinião, o niilismo de Feyerabend, que se volta contra o método, não auxilia na sua compreensão mas, pelo contrário, coloca mais confusão na discussão porque, ao não procurar distinguir as características que diferenciam os métodos, simplifica o papel da ciência. Por outro lado, Vattimo faz a apologia das tendências idealistas, que também ganharam certo fôlego, pela adoção do método fenomenológico-hermenêutico.

Podemos resumir as características desse método como segue. No nível teórico, as histórias de vida e o discurso próprio, com a incorporação da informação a partir da postura do investigador, é a base para se utilizar as técnicas qualitativas, que se realizam por meio da pesquisa participante, de entrevistas, de relatos de vivências, da observação e de práticas alternativas e inovadoras. Em termos epistemológicos, essa tendência, que pode ser também considerada um terceiro grande paradigma da ciência ocidental, pauta-se pela postura crítica de autores da fenomenologia, com interesse em desvendar as características do objeto.

A fundamentação teórica é baseada na postura do pesquisador e na eleição, que ele realiza, das especificidades do objeto, com base no processo cognitivo idealista centrado na racionalidade do sujeito, que pode recorrer a raciocínios dialéticos ou à indução.

No nível gnosiológico, a construção da idéia se faz na síntese sujeito-objeto, que acontece no ato de reflexão racional como ponto de partida e de chegada de um processo que tem origem lógico-subjetiva de enfoque totalizante (holístico). A historicidade é ausente nessa tendência, pois há, por parte do pesquisador, uma preocupação que podemos denominar exacrônica.

Em termos ontológicos, concebe-se a realidade (homem, sujeito, objeto, ciência, construção lógica) a partir de uma visão dinâmica, racional e de interação de todos os elementos da realidade (categorias racionais de conflito e complementaridade), tendo-se como doutrina, por exemplo, o existencialismo. A Natureza comparece como concepção e idéia, apreendidas no processo de conhecer, e o Homem se define enquanto Natureza pensante.

Essa tendência, que podemos chamar de fenomenológica, tem sido utilizada, com reconhecida consistência, na Geografia Humanística para a interpretação das manifestações culturais de grupos específicos e do cotidiano urbano. No entanto, quando ela está na base teórica de instrumentos fundamentais para orientar o ensino de Geografia no Brasil, como os Parâmetros Curriculares Nacionais³, cujo papel político na formação de professores dos ensinos fundamental e médio e dos futuros cidadãos, demonstra sua fragilidade na sua relação com a complexidade da realidade, principalmente por suas dificuldades em tratar a escala, na perspectiva epistemológica.

Voltando à nossa exposição do tema modernidade, como iniciado anteriormente, vamos confrontar mais algumas idéias. Echeverría (1997) afirma que a vida moderna teria os seguintes traços característicos:

- *humanismo*, baseado no triunfo da técnica racionalizada;
- *racionalismo* moderno, como resultado da prática puramente técnica ou instrumentalizadora do mundo;
- *progressismo*, que se baseia na historicidade como processo de inovação, ou seja, da substituição do velho pelo novo e como processo de re-novação, isto é, de restauração do velho como novo;
- *urbanicismo*, que se caracteriza pela grande cidade – e por tudo que nela e dela decorre – como espaço exclusivo do humano;
- *individualismo*, através da constituição da “identidade individual” baseada na apropriação privada de mercadorias;
- *economicismo*, ou o predomínio determinante da dimensão civil da vida social, com suas características de mercantilização, sobre a dimensão política da mesma” (p. 149-56).

As três citações acima (de Feyerabend, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e de Echeverría), sobre o método, o ensino de Geografia e a formação do cidadão, e a modernidade, podem ser analisadas pelo ângulo da necessidade que, em alguns momentos, a própria consistência dos paradigmas exige dos intelectuais na busca de novas idéias, proposições e fundamentações para tentar ler e explicar a realidade.

Há um outro tema, já citado anteriormente, que se consolida como desdobramento paradigmático por sua importância transversal na produção do conhecimento geográfico: é a globalização, outra temática que ganhou força nos últimos anos do século XX. A sua abordagem só pode ser apreendida quando se identificam os inúmeros intelectuais que

3. Para uma interpretação mais detalhada dos parâmetros, remetemos o leitor à leitura de: CARLOS, Ana Fani Alessandri, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Reformas no mundo da educação. Parâmetros curriculares e Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

com ela se preocuparam. As análises tiveram, mesmo que consideremos que tenha havido algumas interseções interdisciplinares, forte influência do economicismo (Petrella, 1996; Chesnais, 1995; Mamigonian, 2000), ênfase no papel da técnica (Santos, 1996), análise das transformações nas noções de espaço e tempo, que estão na base, também, da modernidade (Harvey, 1993), estruturação dos sistemas da economia-mundo como paradigma (Ianni, 1995, baseando-se em Braudel e Wallerstein), ou mesmo a logística como catalisador das transformações (Anderson, 1993; Sposito, 1999).

Assim, podemos afirmar, como pequena conclusão da exposição sobre os dois temas citados (modernidade e globalização), que eles foram estudados por geógrafos na perspectiva da interdisciplinaridade, pois vários autores citados são sociólogos e economistas. O diálogo entre diferentes profissionais pode servir para o exercício da superação da divisão da ciência, apontando para a ciência da História. Essa herança marxista, ainda utópica, dadas as condições atuais da produção do conhecimento, não pode ser esquecida.

Outra idéia que emerge da análise desses dois temas é a sua relação com o espaço geográfico e suas múltiplas determinações. Quer o espaço seja definido como sistema de objetos e sistemas de ações, quer seja definido como reprodução das relações de produção ou considerando outras referências ontológicas, ele terá sua leitura condicionada pela modernidade ou pela globalização.

Ainda como orientação paradigmática, podemos citar a emergência de outras temáticas, como o turismo, que foi rapidamente incorporado pelos geógrafos, dentro de um pragmatismo que ultrapassou as fronteiras científicas, chegando-se às propostas de intervenção por parte de diferentes atores sociais. Abordado, em grande parte, como solução puramente econômica para áreas economicamente depressivas ou com paisagens atraentes, o turismo deverá ser focado, doravante, como uma atividade econômica que propicia a produção e a comercialização de uma mercadoria com diferentes preços e valores culturais: a paisagem.

Por outro lado, a questão ambiental (que desde a década de 1970 vai ganhando, cada vez mais, força como objeto de estudos universitários e de outros grupos da sociedade civil), foi encarada, muitas vezes (principalmente como aspecto do ensino do conhecimento geográfico), como a solução para a superação da dicotomia entre Geografia Humana e Geografia Física. No entanto, mais importante, do ponto de vista socioeconômico, esse paradigma deverá merecer atenção dos cientistas por causa das novas concepções sobre os recursos (naturais e humanos) e suas características de esgotabilidade. As dificuldades no abastecimento de água potável nas grandes metrópoles e a crise da energia elétrica que provocou inúmeras discussões no Brasil no outono de 2001 são demonstrações dessa problemática.

As duas últimas tendências descritas sempre se pautaram na transdisciplinaridade entre as ciências.

Como uma tendência que foi, aos poucos, conquistando adeptos em todo o Brasil, tivemos a consolidação da Geografia Cultural, também como uma afirmação da impor-

tância mais recente do método fenomenológico, embora não único, mas como um dos principais paradigmas.

Esse cenário torna-se, aos poucos, o cenário que está exigindo alguns estudos mais aprofundados sobre outros paradigmas que se tornam, aos poucos, cada vez mais nítidos na produção do conhecimento geográfico.

Um deles é a mudança, que se apresenta ainda com poucas evidências, do paradigma de áreas (que já foi considerado objeto da Geografia, no início do século XX) para o paradigma das linhas e das redes como forma de ler e interpretar o território. Isso já se evidencia nos fatores de localização industrial que se caracterizam, ultimamente, pela separação entre os lugares de gestão e de produção.

Esta mudança paradigmática pode gerar dúvidas porque, anteriormente, na Geografia, já se falou, por exemplo, em região nodal, definida por um centro predominante, que articulava as relações com outros centros menores, baseando-se em ligações lineares definidas por fluxos de pessoas e mercadorias. Essa noção de região apontava para a sua configuração em áreas definidas pelas ligações lineares, mas também pela constituição de um conjunto de cidades que se dispunham linearmente no território.

A diferença com as possíveis mudanças do paradigma de áreas (a ele pode se juntar, também, o conceito básico-não básico, de Anderson, proposta elaborada na década de 1970) para o paradigma das linhas terá que considerar o momento histórico e as novas formas de territorialização das forças produtivas, condicionadas principalmente pelas redes de comunicação e pelo rápido desenvolvimento da informática.

Essa mudança vai exigir, necessariamente, novos instrumentos básicos para a elaboração da informação geográfica como, por exemplo, o domínio técnico e a utilização, cada vez mais intensa, dos recursos de informática. O domínio da instrumentalização apontada, que exigirá algumas práticas dos intelectuais, deverá mudar o seu cotidiano, principalmente no que se refere ao seu local de produção (gabinete de trabalho, pesquisas empíricas), ao local de discussão ou disseminação (salas de aula, encontros científicos) e às formas de disseminação das idéias (dos livros em papel para a internet ou o livro virtual).

Outro campo de interesse que poderá exigir muitos estudos é a abordagem do circuito produtivo pelo encadeamento dos momentos de produção, circulação, troca e consumo, superando, definitivamente, os denominados setores primário, secundário e terciário da classificação de Colin Clark, elaborada na década de 1930. Essa tendência já se manifesta em estudos que abordam as cadeias produtivas de certos setores da economia e as relações entre empresas industriais e empresas que se encarregam da distribuição das mercadorias. Para superação desse paradigma, que, sutilmente, se tornou dogmático na orientação das pesquisas empíricas de elaboração de dados sobre as atividades econômicas, basta rever, com maior aprofundamento, o circuito produtivo proposto por Karl Marx.

Outra tendência que vai exigindo cada vez mais a atenção dos geógrafos é o fenômeno da migração que ganha importância internacional. Depois da Segunda Guerra Mundi-

al, quando já se tornara conhecida e praticamente ocupada toda a superfície da Terra, os movimentos migratórios, aparentemente, demonstraram que iriam diminuir de intensidade. No entanto, por causa da necessidade de qualificação crescente dos migrantes para o exercício de atividades que vão, aos poucos, selecionando as pessoas qualitativa e quantitativamente, foram se configurando não só novas dimensões de ganhos e rendimentos, mas também se estabelecendo elementos distintos na localização das residências e dos locais de trabalho como, por exemplo, o trabalho à distância, a constituição de áreas diferenciadas pelos grupos que as ocupam etc.

O fenômeno das migrações internacionais lembra, indiretamente, a configuração do território em blocos de poder, pela ótica da geopolítica, cujas bases estão nas teorias da integração regional, em suas diferentes versões (funcionalista, realista, liberal ou marxista). Para Vigevanni (1998), a teoria⁴ realista baseia-se em aspectos da segurança, tanto militar como estratégica, quanto aos equilíbrios nos fluxos dos ganhos. A perspectiva liberal focaliza “os interesses e valores particulares em jogo e a eventual articulação constituída no interior do Estado”. A teoria funcionalista, que se torna importante para explicar a União Européia, baseia-se na “integração a partir da constituição de órgãos e burocracias supranacionais ou intergovernamentais” (p. 74-76).

Embora o autor cite mas não defina a perspectiva marxista, podemos contribuir afirmando que ela se preocupa com a divisão internacional do trabalho e os fluxos de riqueza entre países, grupos de países, empresas e grupos de empresas, que têm como motivação básica a expropriação da mais-valia dos assalariados em diferentes áreas do mundo.

Pela ótica da esquerda francesa, analisando a integração da Europa, Fischer (2000) afirma que a

“integração espacial é a resultante de um sistema complexo que associa interdependência entre os agentes, as estratégias dos agentes, a coordenação de suas ações, com uma certa dose de regulação econômica e social pelas instâncias capazes de assegurar a associação orgânica e o funcionamento do espaço em diferentes níveis de escala, desde a internacional até a local” (p. 193).

O paradigma dos blocos de poder entra em contradição com o paradigma das linhas porque o território é diferentemente tratado em cada um deles. Se no primeiro o território é seletivo, mas tem características estratégico-militares, no caso do segundo o território é seletivo como base da localização da infra-estrutura (logística) e, por conseguinte, das atividades produtivas que, por sua vez, estão interligadas pela logística da informática.

4. A palavra *teoria* está descrita como compreendida pelo autor citado. Pela nossa exposição, essa palavra não tem a abrangência proposta por ele.

Abrindo outras possibilidades para o debate

Acreditamos que com as discussões propostas acima está demonstrada a complexidade do conhecimento científico e as dificuldades em interpretá-lo. Essas dificuldades decorrem de outros elementos que precisam ser considerados, e um deles é a própria visão de mundo que cada pesquisador elabora ao investigar a realidade.

Enfim, a análise acima elaborada, baseada em características dos diferentes paradigmas que estruturam a produção do conhecimento geográfico, poderia ser realizada com outras referências, como, por exemplo, teorias e conceitos. Isso demonstra que o caminho epistemológico é bastante variado porque devem ser consideradas as diferentes formas de interpretar a realidade.

Assim, vamos encerrar a presente discussão, que não se esgota neste momento, afirmando que procuramos, apenas, esboçar algumas diretrizes para a caracterização dos paradigmas mais influentes na produção do conhecimento geográfico. Longe de ser uma proposta acabada, este texto tem, como já foi afirmado no início, o propósito de alimentar os debates para que possamos vislumbrar as possibilidades de superação da crise paradigmática, sobre a qual tanto já se escreveu e, para que se busque sua superação, ainda há muito a discutir.

Para completar este quadro de mudanças paradigmáticas, pode-se afirmar que, doravante, a Geografia poderá ver sua característica disciplinar tocada, na interface com a História e a Filosofia, pela necessidade de se superar, buscando a produção do conhecimento científico não apenas com temário próprio, mas com base na ciência em sua totalidade, como afirmara Marx: como a Ciência da História.

Bibliografia

- ANDERSON, Ake. *Les quatre révolutions logistiques*. Paris: Ministère de L'Équipement, du Logement et de la Mer, n. 15, 1993, p. 1-14.
- BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- CAPEL, Horácio. *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Reformas no mundo da educação. Parâmetros curriculares e Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CASTRO, Iná E. de, MIRANDA, Mariana, EGLER, Claudio A. G. *Redescobrimo o Brasil 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 347-59.
- CHEPTULIN, Alexandre. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

- CHESNAIS, François. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1994.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. *Las ilusiones de la modernidad*. México: UNAM, 1995.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FISCHER, André. Problemas da integração espacial na Europa. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente: AGB, n. 22, 2000, p. 193-199.
- GAMBOA, Silvio A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 69-90.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: EDUNESP, 1991.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986.
- LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MAMIGONIAN, Armen, REGO, José Márcio (orgs.). *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: 34, 1998.
- MENDOZA, Josefina G., JIMÉNEZ, Julio M., CANTERO, Nicolás O. *El pensamiento geográfico: Estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)*. Madrid: Alianza, 1982.
- OLIVEIRA, Admardo S. de et al. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Loyola, 1990.
- PETRELLA, Riccardo. *Los límites a la competitividad*. Buenos Aires: UNQ, 1996.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SPOSITO, Eliseu S. (org.). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: GASPERR/FCT/UNESP, 1999.
- SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.
- VERGEZ, André, HUISMAN, Denis. *História dos filósofos ilustrada pelos textos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.
- VIGEVANNI, Tullo. *Mercosul. Impactos para trabalhadores e sindicatos*. São Paulo: LTR, 1998.

RESUMEN

El objetivo principal de este texto es esbozar una propuesta de lectura metodológica de los principales paradigmas que han orientado la producción del pensamiento geográfico en el siglo XX. El análisis de la temática parte de los diferentes niveles de conocimiento (teórico y epistemológico) y de sus presupuestos más complejos (gnosiológicos y ontológicos), considerando algunas dimensiones de la complejidad científica actual (humanismo, racionalismo, progresismo, urbanicismo e individualismo), para llegar a algunas consecuencias paradigmáticas en la Geografía como, por ejemplo, el énfasis en el método, que ocurre en los años 1980, superando la preocupación con el objeto, y la consolidación de temas (globalización, modernidad, turismo) o de tendencias teóricas (Geografía Humanista), como verdaderos paradigmas.

PALABRAS-CLAVE

Pensamiento geográfico – paradigmas de la Geografía – teoría del conocimiento – método – teoría.

ABSTRACT

This text aims, as its object, to perform a proposition of methodological reading of the most important paradigms that have oriented the production of geographic thought in the XXth century. This analysis begins on different levels of knowledge (theoretical and epistemological) and their more complex basis (gnosiological and ontological), considering some dimensions of the actual scientific complexity (humanism, rationalism, progressism, urbanicism and individualism), to get to some paradigmatic consequences in Geography as, for example, the emphasis on method that happens in 80's, going besides the preoccupation on the object, and the consolidation of themes (globalization, modernity, tourism) or of theoretical tendencies (Humanistic Geography), that become real paradigms.

KEY WORDS

Geographic thought – paradigms of Geography – theory of knowledge – method – theory.

Recebido para publicação em 7 de junho de 2001.